

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL

Termo de Referência 39/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2025	158369-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL CENTRAL	HUMBERTO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR	07/11/2025 16:57 (v 0.12)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23421.005157.2024-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de direção veicular, com pagamento de diárias com e sem pernoite e com fornecimento de insumos com periodicidade estabelecida, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na sua Reitoria e em seus campi e unidades, nos termos da tabela constante no Apêndice I deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, pela sua essencialidade para esta instituição, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do início da vigência do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Modelo de Termo de Referência utilizado

1.6. Este Termo de Referência foi elaborado utilizando o modelo para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 (atualização: SET/2025), disponibilizado no site da AGU, o qual contempla serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra. Os destaques constantes no modelo da AGU e aqueles feitos durante a elaboração pela Administração podem ser visualizados em minuta do termo de referência, nos autos do processo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 22/03/2024, com última atualização em 26/09/2025;
- III) Id do item no PCA: 668;

- IV) Classe/Grupo: 851;  
V) Identificador da Futura Contratação: 158155-277/2025;

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e em orientações contidas nos sites Trânsito Seguro e Rodobens, uma vez que não foi possível encontrar disposições específicas ao serviço de direção veicular:

4.1.1 Haverá reserva de aproximadamente 9% das vagas, o que equivale a 3 colaboradores, para mulheres vítimas de violência doméstica, conforme art. 3º do Decreto nº 11.430/2023.

4.1.1.1. As condições da reserva de vagas serão tratadas no contrato.

4.1.2 Os prestadores de serviço terão, dentre as suas atribuições, ações voltadas a mitigar os impactos ambientais que possam ser causados pelo uso dos veículos da Contratante (ver item 2 do ETP, constante no Apêndice XI do TR).

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não haverá a indicação de marcas ou modelos.

#### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não haverá qualquer vedação de produto/marca.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 4.11.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.12.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.12.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.12.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.17.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.17.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.18.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.18.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.19.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.19.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.19.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

- 4.23. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **Instalação de escritório**

- 4.24. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Natal/RN ou em um raio máximo de até 50km da sede do Contratante, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Margem de Preferência**

- 4.25. O objeto desta contratação não se enquadra em qualquer de margem de preferência.

#### **Requisitos mínimos dos prestadores de serviços**

- 4.26. A contratada deverá colocar à disposição da contratante prestadores de serviço com, no mínimo, os seguintes requisitos:
- 4.26.1 Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “D”, emitida pelo DETRAN, na condição de condutor que exerce atividade remunerada e dentro do prazo de validade (art. 143, IV do Lei 9.503/1997 – CTB);
- 4.26.2 Possuir curso para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, com carga-horária de 50 horas/aulas; e, caso o curso tenha sido realizado a 5 anos ou mais, possuir também curso de atualização, com carga-horária de 16 horas/aula (Anexo III, tópico V da Resolução CONTRAN nº 789/2020);
- 4.26.3 Possuir experiência profissional, na prestação de serviços compatíveis aos que serão prestados, de no mínimo 6 meses;
- 4.26.3.1. São considerados serviços compatíveis aqueles que envolvam o exercício, pelo menos, das 2 primeiras atribuições elencadas para os prestadores de serviços, conforme Apêndice XI do Termo de Referência.
- 4.26.3.2. Será aceita apenas a experiência em que o profissional houver demonstrado pontualidade e assiduidade ao trabalho, bem como equilíbrio emocional, habilidade de relacionamento interpessoal, polidez no atendimento e fino trato.

4.26.3.3. Serão exigidos estes requisitos mínimos dos prestadores a serem alocados na execução do objeto, visando selecionar profissionais aptos a prestação dos serviços a serem contratados, de forma satisfatória. Vale destacar que a alocação de profissionais sem estes requisitos pode comprometer a realização de aulas de campo, visitas técnicas e outros deslocamentos.

**Outros requisitos**

4.27. Outros requisitos para esta contratação são:

- 4.27.1 Os serviços só poderão ser executados por empresas prestadoras de serviços, não sendo admitida sua execução por cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais, conforme justificado no item 15.1.2 do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.27.2 A empresa deverá possuir de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), uma vez que a existência de registro neste Cadastro constitui fator impeditivo à celebração de contratos junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 4.27.2.1. Durante a seleção do fornecedor, caso verifique que o licitante com proposta aceita e habilitada está com situação irregular junto ao CADIN, o pregoeiro deverá informá-lo que este fato é um impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso de recursos públicos, dentre outros atos, nos termos do art 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024) e que a consulta prévia a este Cadastro é obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, conforme art. 6º da referida Lei nº 10.522/2002.
- 4.27.2.2. Caso o fornecedor esteja com situação irregular no Cadin, deverá apresentar declaração, conforme modelo apresentado no Apêndice VII, comprometendo-se a adotar todas as providências necessárias para a regularização de sua situação junto a este Cadastro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia posterior ao recebimento da comunicação formal realizada pelo pregoeiro.
- 4.27.3 A contratada deverá cumprir as disposições relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, constantes do termo de referência, o que incluir a apresentação, após a assinatura do contrato, dos seguintes documentos:
  - 4.27.3.1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
  - 4.27.3.2. Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1 Início da execução do objeto: termo inicial da vigência do contrato.
    - 5.1.1.1. A Contratada deverá realizar reuniões com a Contratante, antes do termo inicial do contrato, para tratar sobre detalhes do início da prestação dos serviços.
  - 5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
    - 5.1.2.1. Os motoristas deverão se apresentar uniformizados e portando crachás de identificação.
    - 5.1.2.2. Os motoristas deverão conduzir veículos oficiais, pertencentes à Contratante ou a ele alugados ou cedidos, envolvendo a direção de veículos do tipo passeio, utilitários, micro-ônibus, e ônibus, englobando:
      - 5.1.2.2.1. Deslocamentos de autoridades, servidores, alunos ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço do Contratante, devidamente autorizadas;
      - 5.1.2.2.2. Entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas, exclusivamente a serviço oficial;
      - 5.1.2.2.3. Transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas, lava jatos, seguradoras etc.;
      - 5.1.2.2.4. Transporte de alunos em viagens de estudos, aulas de campos, visitas técnicas, congressos, dentre outros;
      - 5.1.2.2.5. Manobra de veículos oficiais dentro e fora das instalações do Contratante; e
      - 5.1.2.2.6. Quaisquer outras atividades concernentes ao serviço de condução de veículos da Contratante.
    - 5.1.2.3. Os serviços serão prestados em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com horário variável de início e encerramento compreendido entre 06 e 22h, de segunda a sábado, podendo, eventualmente, ser alterado, conforme as necessidades da Contratante, seguindo as normas vigentes da legislação trabalhista e de trânsito e as atribuições dos prestadores de serviço (Apêndice VI).
    - 5.1.2.4. Na prestação dos serviços, deverá ser cumprida a legislação (trabalhista, a dos motoristas e a de trânsito), bem como a convenção coletiva de trabalho vigente desta categoria profissional com abrangência no estado do Rio Grande do Norte, em especial os pontos aqui apresentados, lembrando que a convenção ou acordo coletivo de trabalho terão prevalência sobre a legislação infraconstitucional, conforme art. 611-A da CLT e repercussão geral reconhecida (Tema 1.046) pelo STF.

**a) Jornada de trabalho**

- 5.1.2.5. “A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias” (art. 235-C, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943).
- 5.1.2.6. “Será considerado como trabalho efetivo o tempo em que o motorista empregado estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e o tempo de espera” (art. 235-C, § 1º, da CLT).
  - 5.1.2.6.1. “São considerados tempo de espera as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias” (art. 235-C, § 8º, da CLT).
- 5.1.2.7. “Salvo previsão contratual, a jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos” (art. 235-C, § 13º, da CLT).

**b) Intervalo para repouso e alimentação**

- 5.1.2.8. “Será assegurado ao motorista profissional empregado intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo esse período coincidir com o

tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5º do art. 71 desta Consolidação” (art. 235-C, § 2º, da CLT).

5.1.2.8.1. De acordo com o art. 71, § 5º, da CLT, o intervalo para repouso ou alimentação poderá ser reduzido e/ou fracionado, quando compreendido “entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a remuneração e concedidos intervalos para descanso menores ao final de cada viagem”.

5.1.2.8.1.1. A convenção coletiva que está sendo considerada estabelece que o intervalo para refeição e descanso será de, no mínimo, 30 minutos (Cláusula Décima Nona, Parágrafo Sexto, da CCT RN000278/2023). É importante destacar que “a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei”, conforme art. 611-A, caput, da CLT.

#### **c) Horas extras e banco de horas**

5.1.2.9. “As horas consideradas extraordinárias serão pagas com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou compensadas na forma do § 2º do art. 59 desta Consolidação” (art. 235-C, § 5º, da CLT).

5.1.2.9.1. “A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal” (art. 59, § 1º, da CLT).

5.1.2.9.2. “Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias” (art. 59, § 2º, da CLT).

5.1.2.9.2.1. A convenção coletiva que está sendo considerada estabelece que o prazo máximo para compensação será de 12 meses a contar do labor (Cláusula Décima Nona, Parágrafo Nono, da CCT RN000278/2023). É importante destacar que “a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei”, conforme art. 611-A, caput, da CLT.

5.1.2.9.3. “Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 5º deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão” (art. 59, § 3º, da CLT).

5.1.2.9.4. “O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses” (art. 59, § 5º, da CLT).

5.1.2.9.5. “É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês” (art. 59, § 6º, da CLT).

#### **d) Horas trabalhadas aos domingos e feriados**

5.1.2.10. “Nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga” (art. 9º, caput, da Lei nº 605/1949).

5.1.2.10.1. A convenção coletiva que está sendo considerada estabelece que as horas trabalhadas nos domingos e feriados “serão pagas com o adicional previsto em Lei” (Cláusula Décima Nona, Parágrafo Nono, da CCT RN000278/2023). Não foi encontrada na referida convenção coletiva nenhuma ressalva que desobrigue o pagamento. É importante destacar que “a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei”, conforme art. 611-A, caput, da CLT.

#### **e) Adicional noturno**

5.1.2.11. “Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna” (art. 73, caput, da CLT).

5.1.2.11.1. A convenção coletiva que está sendo considerada estabelece que o adicional noturno será de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora normal, considerando-se compensada a prorrogação em caso de extensão do trabalho noturno, nos termos da lei. (Cláusula Sétima, da CCT RN000278 /2023), que tem prevalência sobre a lei, conforme art. 611-A, caput, da CLT.

5.1.2.11.2. “A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos” (art. 73, § 1º, da CLT).

5.1.2.11.3. “Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte” (art. 73, § 2º, da CLT).

#### **f) Repouso diário durante a jornada de trabalho**

5.1.2.12. “É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas” (art. 67-C, caput, do CTB).

5.1.2.12.1. “Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução” (art. 67-C, § 1º, do CTB).

5.1.2.12.2. “Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção” (art. 67-C, § 1º-A, do CTB).

5.1.2.12.3. “Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária” (art. 67-C, § 2º, do CTB).

5.1.2.12.4. “O condutor é obrigado, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, a observar o mínimo de 11 (onze) horas de descanso, que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1º, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso” (art. 67-C, § 3º, do CTB).

5.1.2.12.5. “Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino” (art. 67-C, § 4º, do CTB).

5.1.2.12.6. “Entende-se como início de viagem a partida do veículo na ida ou no retorno, com ou sem carga, considerando-se como sua continuação as partidas nos dias subsequentes até o destino” (art. 67-C, § 5º, do CTB).

5.1.2.12.7. “O condutor somente iniciará uma viagem após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no § 3º deste artigo” (art. 67-C, §

6º, do CTB).

5.1.2.12.8. “Nenhum transportador de cargas ou coletivo de passageiros, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas ordenará a qualquer motorista a seu serviço, ainda que subcontratado, que conduza veículo referido no caput sem a observância do disposto no § 6º” (art. 67-C, § 7º, do CTB).

5.1.2.12.9. “O motorista profissional é responsável por controlar e registrar o tempo de condução estipulado no art. 67-C, com vistas à sua estrita observância” (art. 67-E, caput, do CTB).

5.1.2.12.9.1. “A não observância dos períodos de descanso estabelecidos no art. 67-C sujeitará o motorista profissional às penalidades daí decorrentes, previstas neste Código” (art. 67-E, § 1º, do CTB).

#### **g) Repouso diário fora da jornada de trabalho**

5.1.2.13. “Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período”. (art. 235-C, § 3º, da CLT).

5.1.2.14. “Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o repouso diário pode ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em outro local que ofereça condições adequadas”. (art. 235-C, § 4º, da CLT).

#### **h) Repouso semanal**

5.1.2.15. “Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local” (art. 1º, caput, da Lei nº 605/1949).

5.1.2.15.1. A convenção coletiva que está sendo considerada assegura aos trabalhadores por ela alcançados o repouso remunerado pelo menos uma vez por mês aos domingos (Cláusula Vigésima Primeira, Caput, da CCT RN000278/2023). É importante destacar que “a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei”, conforme art. 611-A, caput, da CLT.

5.1.2.16. “Nas viagens de longa distância com duração superior a 7 (sete) dias, o repouso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas por semana ou fração trabalhada, sem prejuízo do intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas, totalizando 35 (trinta e cinco) horas, usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso” (art. 235-D, caput, da CLT).

5.1.2.16.1. “É permitido o fracionamento do repouso semanal em 2 (dois) períodos, sendo um destes de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, a serem cumpridos na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, que deverão ser usufruídos no retorno da viagem” (art. 235-D, § 1º, da CLT).

5.1.2.16.2. “A cumulatividade de descansos semanais em viagens de longa distância de que trata o caput fica limitada ao número de 3 (três) descansos consecutivos” (art. 235-D, § 2º, da CLT).

5.1.2.16.3. “O motorista empregado, em viagem de longa distância, que ficar com o veículo parado após o cumprimento da jornada normal ou das horas extraordinárias fica dispensado do serviço, exceto se for expressamente autorizada a sua permanência junto ao veículo pelo empregador, hipótese em que o tempo será considerado de espera” (art. 235-D, § 3º, da CLT).

5.1.2.16.4. “Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, o período em que o motorista empregado ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso” (art. 235-D, § 4º, da CLT).

5.1.2.16.5. “Nos casos em que o empregador adotar 2 (dois) motoristas trabalhando no mesmo veículo, o tempo de repouso poderá ser feito com o veículo em movimento, assegurado o repouso mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado, a cada 72 (setenta e duas) horas” (art. 235-D, § 5º, da CLT).

5.1.2.16.6. “Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino” (art. 235-D, § 6º, da CLT).

#### **i) Trabalho intermitente**

5.1.2.17. “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria”. (art. 443, § 3º, da CLT).

5.1.2.17.1. “O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não” (art. 452-A, caput, da CLT).

5.1.2.17.1.1. “O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência” (art. 452-A, § 1º, da CLT).

5.1.2.17.1.2. “Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa” (art. 452-A, § 2º, da CLT).

5.1.2.17.1.3. “A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente” (art. 452-A, § 3º, da CLT).

5.1.2.17.1.4. “Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo” (art. 452-A, § 4º, da CLT).

5.1.2.17.1.5. “O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes” (art. 452-A, § 5º, da CLT).

5.1.2.17.1.6. “Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas” (art. 452-A, § 6º, da CLT):

5.1.2.17.1.6.1. “remuneração” (art. 452-A, § 6º, I, da CLT);

5.1.2.17.1.6.2. “férias proporcionais com acréscimo de um terço” (art. 452-A, § 6º, II, da CLT);

5.1.2.17.1.6.3. “décimo terceiro salário proporcional” (art. 452-A, § 6º, III, da CLT);

- 5.1.2.17.1.6.4. “repouso semanal remunerado” (art. 452-A, § 6º, IV, da CLT); e
- 5.1.2.17.1.6.5. “adicionais legais” (art. 452-A, § 6º, V, da CLT).
- 5.1.2.17.1.7. “O recibo de pagamento deverá conter a discriminação dos valores pagos relativos a cada uma das parcelas referidas no § 6º deste artigo” (art. 452-A, § 7º, da CLT).
- 5.1.2.17.1.8. “O empregador efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma da lei, com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações” (art. 452-A, § 8º, da CLT).
- 5.1.2.17.1.9. “A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador” (art. 452-A, § 9º, da CLT).

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Tabela 1 – Locais da prestação dos serviços.

	Unidade/campus	Endereço	Contato
1	Reitoria do IFRN	Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal /RN, CEP: 59015-300.	(84) 4005-0890; proad@ifrn.edu.br
2	IFRN Campus Apodi	Rod. RN-233, Km 02, nº 1000, Chapada do Apodi, Apodi/RN, CEP: 59700-000.	(84) 4005-4101; diad.ap@ifrn.edu.br
3	IFRN Campus Caicó	Rod. RN-288, S/N, Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59300-000.	(84) 4005-4102; diad.ca@ifrn.edu.br
4	IFRN Campus Canguaretama	Rod. BR-101, Km 160, S/N, Areia Branca, Canguaretama/RN, CEP: 59190-000.	(84) 4005-4114; diad.cang@ifrn.edu.br
5	IFRN Campus Ceará-Mirim	Rod. BR-406, S/N, Planalto, Ceará-mirim/RN, CEP: 59570-000	(84) 4005-4113; diad.cm@ifrn.edu.br
6	IFRN Campus Currais Novos	Rua Manoel Lopes Filho, 773, Currais Novos/RN, CEP: 59380-000.	(84) 4005-4103; diad.cn@ifrn.edu.br
7	Centro de Tecnologia Mineral do IFRN	Rua Manoel Lopes Filho, 733, Valfredo Galvão, Currais Novos/RN, CEP: 59380-000.	(84) 4005-4117; ctmineral@ifrn.edu.br
8	IFRN Campus Ipanguaçu	Rod. RN-118, S/N - Zona Rural, Ipanguaçu/RN, CEP: 59508-000.	(84) 4005-4104; diad.ip@ifrn.edu.br
9	IFRN Campus João Câmara	Rod. BR-406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara/RN, CEP: 59550-000.	(84) 4005-4105; diad.jc@ifrn.edu.br
10	IFRN Campus Jucurutu	Rod. RN-118, Km 153, S/N, Sítio Caeira, Zona de Expansão, Jucurutu/RN, CEP: 59330-000.	(84) 99600-0696; diad.juc@ifrn.edu.br
11	IFRN Campus Lajes	Rod. BR-304, Km 120, Centro, Lajes/RN, CEP: 59535-000.	(84) 4005-4116; diad.laj@ifrn.edu.br
12	IFRN Campus Macau	Rua das Margaridas, nº 300, Conjunto COHAB, Macau/RN, CEP: 59500-000.	(84) 4005-4106; diad.mc@ifrn.edu.br
13	IFRN Campus Mossoró	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400, Conjunto Ulrick Graff, Mossoró/RN, CEP: 59628-330.	(84) 3422-2670; diad.mo@ifrn.edu.br
14	IFRN Campus Natal-Central	Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/RN, CEP: 59015-000.	(84) 4005-9818; diad.cnat@ifrn.edu.br
15	IFRN Campus Natal-Centro Histórico	Rua das Donzelas, 135, Rocas, Natal/RN, CEP: 59012-190.	(84) 4005-0955; diad.ch@ifrn.edu.br
16	IFRN Campus Natal-Zona Leste	Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/RN, CEP: 59015-000.	(84) 3092-8908; diad.zn@ifrn.edu.br
17	IFRN Campus Natal-Zona Norte	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi, Natal/RN, CEP: 59112-490.	(84) 4006-9502; diad.zn@ifrn.edu.br
18	IFRN Campus Nova Cruz	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640, Alto de Santa Luzia, Nova Cruz/RN, CEP: 59215-000.	(84) 4007-4105; diad.nc@ifrn.edu.br
19	IFRN Campus Parelhas	Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis, Parelhas /RN, CEP: 59360-000.	(84) 4005-4115; diad.paas@ifrn.edu.br
	IFRN Campus	Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Nova Esperança,	(84) 4005-4108;

20	Parnamirim	Parnamirim/RN, CEP: 59143-455.	diad.par@ifrn.edu.br
21	IFRN Campus Pau dos Ferros	Rod. BR-405, Km 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP: 59900-000.	(84) 4005 4109; diad.pf@ifrn.edu.br
22	IFRN Campus Santa Cruz	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000.	(84) 4005-4110; diad.sc@ifrn.edu.br
23	IFRN Campus São Gonçalo do Amarante	Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S/N, Centro, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP: 59291-727.	(84) 4005-4111; diad.sga@ifrn.edu.br
24	IFRN Campus São Miguel	Rua Raimundo Bezerra Nobre, S/N, São Miguel /RN, CEP: 59920-000.	(84) 4005-0890; proad@ifrn.edu.br
25	IFRN Campus São Paulo do Potengi	Rod. RN-120, Km 2, Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN, CEP: 59460-000.	(84) 4005-4112; diad.spp@ifrn.edu.br
26	IFRN Campus Touros	Avenida 27 de março, S/N, Touros/RN, CEP: 59584-000.	(84) 4005-0890; proad@ifrn.edu.br
27	IFRN Campus Umarizal	Rod. RN-117, S/N, Caraíbas, Umarizal/RN, CEP: 59865-000.	(84) 4005-0890; proad@ifrn.edu.br

Fonte: Elaboração própria

5.3. Os serviços serão prestados nos dias e horário de funcionamento do Contratante, ou fora destes, desde que respeitada a carga-horária semanal;

#### Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

##### a) Motorista com jornada de 44 horas semanais (item 1 da licitação)

5.3.1.1. O serviço de motorista com jornada de 44 horas semanais (item 1 da licitação) será prestado pelos motoristas que cumprirão jornada de 44 horas semanais durante a vigência do contrato, na sede da Contratante ou em viagens a serviço desta.

5.3.1.1.1. Estes motoristas serão aqui denominados motoristas “residentes” devido ao tamanho de sua jornada de trabalho e pelo fato desta ser cumprida na sede da Contratante.

5.3.1.1.2. As 44 horas semanais poderão ser cumpridas de segunda a sexta, mediante acordo individual, tácito ou escrito, conforme art. 59, §6º, da CLT, possibilitando jornadas pouco superiores a 8 horas diárias (ex: 9 horas de trabalho de segunda a quinta combinadas com 8 horas na sexta), conforme a necessidade.

5.3.1.1.2.1. A Contratada deverá, na ausência de previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, formalizar acordo individual escrito com cada trabalhador, para viabilizar a compensação do excesso de horas trabalhadas, no período máximo de 6 meses, conforme art. 59, § 5º da CLT.

5.3.1.1.2.2. A Contratada deverá, na ausência de previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, prestar acordo individual, tácito ou escrito, com cada trabalhador, para viabilizar a compensação, no mesmo mês, do excesso de horas trabalhadas, conforme art. 59, § 6º da CLT.

5.3.1.1.3. Deverá haver disponibilidade para efetuar serviços eventuais aos sábados, domingos e feriados, para atendimento de necessidades específicas da Contratante (participação em eventos, feiras, congressos, etc), que serão comunicadas à Contratada, com antecedência de no mínimo 48 horas, e serão objeto de compensação mediante banco de horas.

5.3.1.1.4. As horas-extras serão contabilizadas no banco de horas na forma de minutos, calculados conforme exemplificado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Tabela de equivalência para contabilização no banco de horas.

Tipo	Categoria	Hora (em minutos)	Fator de ajuste para hora ficta [4]	Fator de ajuste para contabilização no banco de horas [5]	Qtde. de minutos contabilizados no banco de horas [6]
A	Hora extra de segunda a sábado, entre 5:00 e 22:00hs	60	1	1	60
B	Hora noturna, de segunda a sábado, entre 22:00 e 5:00hs [1]	60	1	0,3	18
C	Hora extra com adicional noturno, de segunda a sábado, entre 22:00 e 5:00hs [2]	60	1	1,3	78
D	Hora aos domingos e feriados, entre 5:00 e 22:00hs [3]	60	1	-	-
E	Hora noturna aos domingos e feriados, entre 22:00 e 5:00hs [2] [3]	60	1	-	-



### Notas explicativas:

- [1] Por não ser hora-extra, a hora noturna, de segunda a sábado, entre 5:00 e 22:00hs, necessariamente estará dentro da jornada de trabalho, sendo custeada pelo módulo 1 da planilha de custos e formação de preços (PCFP). Assim, o que será contabilizado no banco de horas, neste caso, será apenas o adicional noturno.
- [2] No caso da hora extra com adicional noturno (tipo II), o fator de ajuste para a hora ficta será 1 (e não 1,14, resultado da divisão 60/52,5). Acontece que a convenção coletiva de trabalho ora utilizada, em sua cláusula sétima, estabelece que "o adicional noturno relativo ao trabalho compreendido entre vinte e duas horas e cinco horas será de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora normal, **considerando-se compensada a prorrogação em caso de extensão do trabalho noturno, nos termos da lei**" (grifo nosso).foi calculado dividindo 60 por 52,5, uma vez que "a hora noturna será computada como de 52 minutos e 30 segundos" (art. 73, § 1º, da CLT). Vale destacar que a CLT prevê que "a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei" (art. 611-A da CLT).
- [3] A atividade a ser contratada não está contemplada no Anexo IV da Portaria MTP 671, de 8 de novembro de 2021, anexo este que concede, a atividades ali elencadas, autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados. Assim, na presente contratação, o trabalho aos domingos e feriados será uma situação excepcional, sendo remunerado na forma da Lei, razão pela qual não será contabilizado no banco de horas.
- [4] Este fator visa ajustar a hora, caso esta não possua uma duração de 60 minutos. Por exemplo, a CLT (art. 73, § 1º) estabelece que "a hora noturna será computada como de 52 minutos e 30 segundos". Contudo, estamos considerando que a hora noturna será computada como de 60 minutos, conforme nota explicativa 2.
- [5] No caso da hora extra tipo A (de segunda a sábado, entre 5:00 às 22:00hs), o fator de ajuste para contabilização no banco de horas será 1, não havendo assim qualquer ajuste (ou seja, 1 hora trabalhada a mais corresponde a uma 1 hora a ser compensada). Acontece que a CLT e a CCT estabelecem a possibilidade do excesso de horas em um dia ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia (art. 59, § 2º, da CLT). Vale destacar que esta é a prática de mercado conforme orientação contida no e-book "Banco de horas", do sistema Fecomércio ([https://lab.fecomercio.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ebook\\_banco\\_de\\_horas\\_atualizado\\_marco\\_2023.pdf](https://lab.fecomercio.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ebook_banco_de_horas_atualizado_marco_2023.pdf)). Seguindo esta lógica, a hora extra tipo II (com adicional noturno, de segunda a sábado, entre 22:00 às 5:00hs), o fator de ajuste para contabilização no banco de horas será apenas o adicional noturno de 30%, estabelecido pela convenção coletiva da categoria (CCT RN000278/2023, Cláusula Sétima).
- [6] A hora contabilizada no banco de horas (em minutos) é calculada multiplicando a hora extra (em minutos) pelo fator de ajuste para hora ficta e pelo fator de ajuste para contabilização no banco de horas.

Fonte: Elaboração própria

### **b) Motorista por diária de serviço (item 2 da licitação)**

- 5.3.1.2. O serviço de motorista por diária de serviço (item 2 da licitação) será prestado por motoristas que trabalham por diária de serviço na sede da Contratante ou em viagens a serviço desta.
- 5.3.1.2.1. Estes motoristas serão aqui denominados motoristas “eventuais”, uma vez que trabalham por diária de serviço, sendo convocados para o atendimento de demandas pontuais da Contratante.
- 5.3.1.2.1.1. A estes trabalhadores serão aplicadas as regras do trabalho intermitente.
- 5.3.1.2.2. A solicitação deste serviço visa o atendimento de demandas pontuais como, por exemplo, quando o Contratante precisa realizar uma viagem longa, que demande 2 motoristas, mas possui apenas um ou necessitará do serviço localmente durante esta viagem para o atendimento de outras solicitações.
- 5.3.1.2.2.1. Considera-se viagem longa aquela em que o tempo do trajeto da ida ou volta é bem superior a jornada de trabalho do motorista e não for conveniente para o Contratante a pernoite do motorista e dos passageiros, caso hajam, durante este trajeto.
- 5.3.1.2.3. O Contratante deverá solicitar o serviço do motorista eventual ao Contratado com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência do dia em que o trabalhador deverá se apresentar.
- 5.3.1.2.3.1. A solicitação deverá ser feita, preferencialmente por e-mail, informando a data, o horário e o local em o prestador deverá se apresentar, o período em que este prestará serviços e a quantidade de diárias de viagem necessárias.
- 5.3.1.2.3.2. Caso haja a necessidade de pagamento de diárias de viagem para o motorista eventual, deverão ser observados as condições e os prazos estabelecidos para este fim (ver item 5.3.1.3.2 deste documento).
- 5.3.1.2.3.3. Caso os serviços sejam prestados aos sábados, domingos e feriados, a solicitação deverá ser feita com, no mínimo 8 (oito) dias úteis de antecedência.
- 5.3.1.2.4. As horas-extras não serão contabilizadas no banco de horas, devendo ser pagas ao trabalhador ao final da prestação dos serviços.
- 5.3.1.2.4.1. Como os serviços deste posto serão prestados de forma eventual, não é possível saber quando e se o mesmo trabalhador será convocado novamente.

c) Diárias de viagem (itens 3 e 4 da licitação)

- 5.3.1.3. Na prestação dos serviços poderão haver deslocamentos intermunicipais e interestaduais, com eventual pagamento de diária(s) de viagem (itens 3 e 4 da licitação).
- 5.3.1.3.1. Serão adotadas duas modalidades de diárias, as quais terão seus valores definidos em instrumento de negociação coletiva de trabalho:
- 5.3.1.3.1.1. Diária de viagem com pernoite: A diária de viagem com pernoite será concedida ao prestador de serviço desde que atendidas as seguintes condições:
- 5.3.1.3.1.1.1. Quando o deslocamento ocorrer para fora da região metropolitana, microrregião ou dos municípios vizinhos àquele em que a Contratante está situada;
- 5.3.1.3.1.1.2. Quando a viagem exigir a pernoite do prestador de serviço fora do município em que a Contratante está situada, em razão de interesse público, da necessidade da Administração ou da natureza do serviço a ser executado.
- 5.3.1.3.1.2. Diária de viagem sem pernoite: As condições para concessão da diária de viagem sem pernoite são as seguintes:
- 5.3.1.3.1.2.1. Quando o deslocamento ocorrer para fora da região metropolitana, microrregião ou dos municípios vizinhos àquele em que a Contratante está situada;
- 5.3.1.3.1.2.2. Quando a soma do tempo de deslocamento (ida e volta) e do período de permanência no destino ultrapassar um turno de trabalho, equivalente a 4 (quatro) horas, em razão de interesse público, da necessidade da Administração ou da natureza do serviço a ser executado.
- 5.3.1.3.2. Caso haja necessidade de pagamento de diária(s) de viagem, estas deverão ser solicitadas pelo Contratante, preferencialmente por e-mail, devendo o valor correspondente ser pago pelo Contratado ao prestador de serviço e ser ressarcido por ocasião da fatura mensal, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Prazo para pagamento de diárias.

Solicitação	Prazo para pagamento
Até 3 (três) dias úteis antes da viagem	Até 1 (um) dia útil antes da viagem
2 (dois) dias úteis antes da viagem	Até o dia da viagem
1 (um) dia útil antes da viagem	Até 1 (um) dia útil após o início da viagem

Fonte: Elaboração própria

- 5.3.1.3.3. Na solicitação de diárias, deverão constar, pelo menos, o nome do prestador de serviço, as datas de previsão de partida e de chegada, o itinerário, as quantidades de diárias com e sem pernoite e seus respectivos valores unitário e total, o código de identificação do agendamento da viagem e seu link. Na tabela abaixo, está demonstrado um modelo que pode ser adaptado.

Tabela 4 – Dados para a solicitação de diárias

MOTORISTA PREVISTO: NOME DO PRESTADOR DE SERVIÇO							
Data		Itinerário	Qtde. de diárias com pernoite	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)	Requisição do transporte	Dados do Agendamento da Viagem
Previsão de partida	Previsão de chegada		Qtde. de diárias com pernoite	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)		
DD/MM /AA - HH: MM	DD/MM /AA - HH: MM	Cidade de partida – Cidade(s) Destino(s) - Cidade do retorno				Nº da Requisição de Transporte, com o respectivo link no SUAP.	Link do Agendamento de Viagem

Fonte: Elaboração própria

- 5.3.1.3.4. Para deslocamento com pagamento de diária, o período de pernoite (horas após a jornada normal de trabalho) não será computado como horas de trabalho ou horas para compensação posterior.
- 5.3.1.3.4.1. As despesas com pedágios e estacionamento (quando em viagem) deverão ser efetuadas pela Contratante.
- d) Horas eventuais (item 5 da licitação)
- 5.3.1.4. O serviço de horas eventuais (item 5 da licitação) corresponde a aqueles prestados, tanto pelos motoristas residentes (com jornada de 44 horas semanais) como pelos eventuais (que trabalham por diária de serviço).
- 5.3.1.4.1. Este serviço será prestado nas seguintes situações excepcionais:
- 5.3.1.4.1.1. Trabalho noturno dentro da jornada de trabalho e horas extras trabalhadas, inclusive com adicional noturno, que não foram compensados através do banco de horas.
- 5.3.1.4.1.2. Horas trabalhadas aos domingos e feriados, inclusive com adicional noturno.
- 5.3.1.4.2. Assim, foram previstas a ocorrência das seguintes horas eventuais e suas respectivas quantidades mensais:

Tabela 5 – Quantidade de horas eventuais nesta contratação

Tipo	Especificação	Qtde. de horas/mês
A	Hora noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	1,1
B	Hora noturna aos domingos e feriados (22 às 5h)	0,4
C	Hora extra, de segunda a sábado (5 às 22h)	5,5
D	Hora extra noturna, de segunda a sábado (22 às 5h)	1,1
E	Hora aos domingos e feriados (5 às 22h)	0,9
Total		9

Fonte: Elaboração própria

- 5.3.1.4.2.1. Caso estas quantidades não sejam executadas em um mês, poderão ser executadas em outro até o momento da prorrogação contratual, quando serão renovadas as quantidades para o período da prorrogação.
- 5.3.1.4.2.2. A memória de cálculo destas quantidades está demonstrada em um dos anexos do Estudo Técnico Preliminar.
- 5.3.1.4.3. As horas trabalhadas aos domingos e feriados (tipo “D”), inclusive com adicional noturno (tipo “E”), não serão contabilizadas no banco de horas.
- 5.3.1.4.4. O pagamento dos demais tipos de horas eventuais, contabilizadas no banco de horas, será feito nas seguintes hipóteses:
- 5.3.1.4.4.1. Quando expirado o prazo de 12 meses a contar da realização da(s) hora(s) extra(s) e esta(s) não for(em) compensada(s);
- 5.3.1.4.4.2. Quando ocorrer o encerramento do contrato e o prestador de serviço possuir saldo positivo no banco de horas, sem que haja tempo hábil para a respectiva compensação;
- 5.3.1.4.4.3. Quando houver desligamento do prestador de serviço e este apresentar saldo positivo no banco de horas, igualmente sem possibilidade de compensação dentro do período contratual remanescente.
- 5.3.1.4.5. O cálculo do valor a ser pago pela hora eventual ou pela fração desta, contabilizada no banco de horas e não compensada nas hipóteses elencadas acima, será feito conforme a seguir:
- 5.3.1.4.5.1. Os minutos registrados no banco de horas devem ser convertidos em horas decimais, com a devida precisão, a fim de permitir o correto cálculo da remuneração correspondente. Para fazer esta conversão, basta dividir a quantidade de minutos por 60 (que é a quantidade de minutos/hora). Por exemplo, 78 minutos corresponde a 1,3 horas (78/60).
- 5.3.1.4.5.2. Em seguida, o valor obtido após a conversão deverá ser multiplicado pelo valor da hora normal de trabalho, conforme pactuado em contrato ou estabelecido em norma interna aplicável.
- 5.3.1.4.5.3. Feito isso, para encontrar o valor a ser pago pela hora extra, basta aplicar o adicional de 50% sobre o valor da hora normal, conforme convenção coletiva da categoria.
- 5.3.1.4.5.3.1. Em se tratando de horas trabalhadas em período noturno, vale destacar que estas já consideram, no momento da contabilização no banco de horas, a aplicação da hora noturna reduzida (52 minutos e 30 segundos por hora) e o adicional noturno de 30%, conforme previsto na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria.
- 5.3.1.4.6. Por se tratar de uma situação excepcional, o pagamento de horas eventuais deverá ser solicitado pelo fiscal de contrato em processo próprio, de forma motivada, observando a legislação (trabalhista, a do motorista e a de trânsito) e a convenção coletiva de trabalho, e apresentando documentação comprobatória da viagem em que ocorreu o excesso de horas trabalhadas (requisição de transporte, agendamento da viagem etc) e uma tabela contendo os seguintes dados, por dia trabalhado em que houve a ocorrência de hora extra ou hora trabalhada em domingo ou feriado:
- 5.3.1.4.6.1. Nome do motorista;
- 5.3.1.4.6.2. Data do registro de ponto;
- 5.3.1.4.6.3. Início da jornada de trabalho;
- 5.3.1.4.6.4. Início do intervalo para repouso e alimentação;
- 5.3.1.4.6.5. Fim do intervalo para repouso e alimentação;
- 5.3.1.4.6.6. Fim da jornada de trabalho;
- 5.3.1.4.6.7. Quantidade de horas trabalhadas;
- 5.3.1.4.6.8. Quantidade de horas extras ou horas trabalhadas no domingo ou feriado;
- 5.3.1.4.6.9. Data limite para compensação (no caso de horas extras);
- 5.3.1.4.6.10. Justificativa detalhada para exceder a jornada diária de trabalho ou para trabalho em domingo ou feriado, contendo os fatos que levaram a esta situação;
- 5.3.1.4.6.11. Justificativa para não compensação dentro do prazo estabelecido (no caso de horas extras).

**e) Condução dos veículos**

- 5.3.1.5. Na condução dos veículos oficiais, o motorista deverá:
- 5.3.1.5.1. Atuar com perícia, prudência e zelo, estar atentos às condições de segurança e observar os princípios de direção defensiva;
- 5.3.1.5.2. Respeitar as regras do Código de Trânsito Brasileiro e qualquer outra legislação correlata, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado, uso do cinto de segurança pelo motorista e passageiros;
- 5.3.1.5.3. Zelar pela carga transportada e pelo veículo;
- 5.3.1.5.4. Ficar atento à quilometragem do veículo, comunicando ao fiscal do contrato, a necessidade da realização de algum serviço, tais como: abastecimento, troca de óleo do motor e outros necessários à boa manutenção do veículo;
- 5.3.1.5.5. Escolher o percurso mais racional e econômico para atendimento da “Requisição” limitando o deslocamento do veículo somente aos locais

- que estão identificados na respectiva “Requisição”;
- 5.3.1.5.6. Evitar distanciar-se do veículo quando estiver aguardando o(s) passageiro(s);
- 5.3.1.5.7. Quando houver necessidade de ausentar-se do veículo, deverá estacioná-lo em local apropriado e devidamente trancado e, ao retornar, vistoriá-lo a fim de verificar se a ocorrência de avarias durante sua ausência;
- 5.3.1.5.8. Nos casos de defeitos mecânicos, falta de combustível, estouro ou furo de pneus, ou quaisquer outros problemas que impeçam o veículo de retornar à garagem da Contratante, o motorista deverá comunicar à Contratante e permanecer no local onde se encontra o veículo até a chegada do socorro solicitado;
- 5.3.1.5.9. Evitar cometer infrações de trânsito e, caso de cometimento, responsabilizar-se pelas infrações de trânsito que cometer, correndo por sua conta qualquer penalidade aplicada ao veículo sob sua responsabilidade;
- 5.3.1.5.10. Portar a documentação necessária ao desempenho de sua profissão (Carteira Nacional de Habilitação válida/Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV);
- 5.3.1.5.11. Evitar conversar com os passageiros, não atender ao telefone enquanto estiver dirigindo e não participar das conversas dos usuários do veículo que estiver conduzindo, exceto quando solicitarem sua participação e no que for estritamente necessário;
- 5.3.1.5.12. Realizar as verificações e registros necessários, informando à Administração sobre a necessidade de manutenção, e ao final dos serviços, o veículo oficial deverá ser entregue na sede da Contratante abastecido (ou, pelo menos, com combustível suficiente para que o veículo seja conduzido até o ponto de abastecimento) e as chaves disponibilizadas no setor de Transportes;
- 5.3.1.5.13. Adotar ainda outras posturas, visando a condução do veículo em observância ao Código Brasileiro de Trânsito, bem como a garantia de sua própria segurança, de seus passageiros, da carga transportada e do veículo.
- 5.3.1.6. Durante a prestação dos serviços, conduzindo veículo ou não, o motorista deverá:
- 5.3.1.6.1. Apresentar-se diariamente ao local de trabalho, de maneira asseada, higiene corporal, vestir-se adequadamente, uniformizado, com o respectivo crachá de identificação, e com boa aparência;
- 5.3.1.6.2. Ter boa conduta, tratar bem e com respeito os usuários do veículo que está conduzindo, bem como aos demais colegas da instituição;
- 5.3.1.6.3. Não abordar autoridades e servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for o Fiscal do Contrato;
- 5.3.1.6.4. Atender às solicitações do responsável pelo setor de Transportes, relativas à execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços;
- 5.3.1.6.5. Adotar outras posturas, visando a prestação dos serviços conforme descrito neste Termo de Referência.
- 5.3.1.7. A Contratada será responsável por quaisquer danos causados pelo condutor por ela disponibilizado, decorrentes de acidentes de trânsito, avarias, ou prejuízos a terceiros, desde que, nos casos de sinistro, o Laudo Pericial de Acidente de Trânsito (LPAT), emitido por autoridade competente, ateste a responsabilidade do condutor da contratada pelo evento.
- 5.3.1.7.1. Estão incluídas nessa responsabilidade as despesas relativas ao pagamento de franquias de seguro, reparação de danos, indenizações, multas decorrentes de infrações de trânsito, bem como quaisquer encargos de natureza civil, administrativa ou penal, desde que vinculados à conduta do motorista e comprovadamente atribuídos a ele por meio de documentação oficial.
- 5.3.1.7.2. A Contratante ficará isenta de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em tais ocorrências, exceto nos casos em que reste comprovada sua culpa exclusiva ou concorrente.
- 5.3.1.8. Quando houver uma infração relacionada à direção do veículo, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, para que sejam tomadas as providências para identificação do condutor no prazo determinado pela notificação, ou seja, até 30 (trinta) dias contados da inclusão no sistema eletrônico de trânsito. No caso da Contratada não identificar o motorista infrator, esta será responsável pelo pagamento da infração cometida por seu colaborador.
- 5.3.1.8.1. A Contratada prestará suporte à Contratante nos trâmites burocráticos necessários junto às instituições responsáveis pela aplicação da infração, garantindo que a multa seja devidamente paga e que a pontuação correspondente seja atribuída à CNH do prestador de serviço que cometeu a infração.
- 5.3.1.8.2. A empresa poderá descontar o valor da multa do salário do funcionário, desde que haja autorização expressa para isso. Essa autorização pode estar prevista no contrato de trabalho, conforme o Art. 462, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 5.3.1.9. Em caso de acidente de trânsito durante a prestação dos serviços, o motorista deverá:
- 5.3.1.9.1. Quando houver vítima, prestar-lhe socorro imediato;
- 5.3.1.9.2. Se o estado da vítima desaconselhar sua movimentação, chamar imediatamente o corpo de bombeiros ou outra instituição responsável pela prestação de socorro em acidentes de trânsito;
- 5.3.1.9.3. Comunicar o fato, o mais rápido possível, ao fiscal do contrato;
- 5.3.1.9.4. Caso o próprio motorista não precise de atendimento médico, deverá permanecer no local e, se possível, arrolar duas testemunhas e comunicar a autoridade policial responsável pelo local do acidente;
- 5.3.1.9.5. Em caso de fuga do outro envolvido, desde que possível, identificar as características do veículo, principalmente o número da placa;
- 5.3.1.9.6. Não fazer acordo, sob hipótese alguma, com a outra parte envolvida no acidente;
- 5.3.1.9.7. Obter o boletim de acidente de trânsito, encaminhá-lo à fiscalização do Contrato e prestar as informações solicitadas sobre o ocorrido.

**f) Reposição de prestador ausente**

- 5.3.1.10. Na prestação dos serviços, poderá haver a necessidade de reposição de prestador que se ausentar do serviço, devendo o Contratado providenciar um substituto para estas ausências, mediante solicitação da Contratante, preferencialmente por e-mail.
- 5.3.1.10.1. A tabela a seguir detalha como se dará a solicitação e a reposição do prestador ausente:

Tabela 6 – Condições da reposição de prestador ausente

Tipo de ausência	Prazo de reposição	Exemplo	Observação
		O profissional informou ao	O dia útil necessário para que a empresa realize a reposição do profissional

Justificada e informada para o preposto sem a antecedência de 2 (dois) dias úteis	1 dia útil	preposto, nas primeiras horas de sua jornada, no dia de sua ausência, que não teria condições de trabalhar por motivo de doença. Posteriormente, dirigiu-se a uma unidade de saúde, onde lhe foi concedido atestado médico de 3 (três) dias.	ausente ou faltoso será considerado como crédito, correspondente ao dia não repostado, o qual poderá ser utilizado posteriormente pela Administração, conforme sua conveniência e oportunidade, mediante solicitação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
Justificada e informada para o preposto com a antecedência de 2 (dois) dias úteis	No máximo duas horas	O profissional avisa ao preposto que irá se casar em determinado dia, dando a oportunidade da empresa de contratar o prestador de serviço substituto.	Como o profissional ausente será repostado no mesmo dia, não há que se falar em crédito para utilização em momento posterior.
Injustificada e não informada para o preposto	1 dia útil	O profissional falta por motivo ignorado e sem justificativa legal.	O dia útil necessário para que a empresa realize a reposição do profissional ausente ou faltoso será considerado como crédito, correspondente ao dia não repostado, o qual poderá ser utilizado posteriormente pela Administração, conforme sua conveniência e oportunidade, mediante solicitação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Fonte: Elaboração própria

5.3.1.10.2. Caso o Contratante não deseje a reposição, deverá haver a glosa na nota fiscal, referente ao período que não foi realizada a reposição.

**Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, não são necessários outros materiais, além dos uniformes mencionados mais adiante.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 Para a formulação de sua proposta, além das disposições deste Termo de Referência, o licitante deverá considerar que será celebrado um único contrato e que os serviços serão prestados em 27 endereços distintos, conforme 5.2 deste Termo de Referência, sendo emitida uma nota fiscal para cada local em que os serviços forem prestados. Assim, deverão estar inclusos na sua proposta todos os custos operacionais e logísticos envolvidos na prestação dos serviços nos municípios em que estão situadas as unidades/campi do Contratante.

5.5.1.1. O licitante deverá considerar ainda a carga-horária a ser cumprida por mês pelo preposto, presencialmente, em cada local de prestação de serviço, bem como a manutenção de escritório local, conforme itens 6.6 e 9.42 deste Termo de Referência.

5.5.1.2. Durante a vigência inicial do contrato, poderá haver a necessidade de realizar supressões e recomposições das quantidades contratadas, em conformidade com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021, considerando o processo gradativo de inclusão dos locais de prestação dos serviços, elencados no item 5.2 deste Termo de Referência.

5.5.1.2.1. As supressões e recomposições das quantidades contratadas devem-se ao fato de que algumas unidades/campus podem possuir contrato vigente com o mesmo objeto no momento da celebração do contrato oriundo desta licitação, devendo as respectivas quantidades e locais de prestação de serviço serem incluídos posteriormente no contrato.

5.5.1.3. A proposta deverá ter validade de 120 dias.

5.5.2 Na proposta do licitante, deverão constar os valores unitário e total propostos por item licitado (tabela orçamentária), calculados através do preenchimento da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (PCFP), para cada item licitado, conforme modelos constantes no Apêndice II deste Termo de Referência, utilizando, preferencialmente, a planilha disponibilizada para esta finalidade.

5.5.2.1. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta as seguintes planilhas e tabelas, através das quais foram calculados os valores propostos, também conforme modelos constantes no Apêndice II deste Termo de Referência:

5.5.2.1.1. Planilha de Custo e Formação de Preços (PCFP) de cada item licitado;

5.5.2.1.2. Tabela de dados para a PCFP;

5.5.2.1.3. Tabela de preços de uniformes, calçados e crachá.

5.5.3 Para o cálculo do valor estimado de cada posto, a Administração considerou o(s) seguinte(s) instrumento(s) de negociação coletiva de trabalho. Todavia, não é(são) de utilização obrigatória pelos licitantes, caso o licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

Tabela 7 – Instrumento(s) de negociação coletiva de trabalho considerado(s) para a estimativa do valor da contratação

Função(ões)	Registro	Tipo	Vigência	Link
		Convenção		<a href="https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador">https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador</a>

Motorista	RN000292/2025	coletiva de trabalho (CCT)	de 01/05/2025 a 30/04/2026	<u>/Resumo</u> <u>/ResumoVisualizar?</u> <u>NrSolicitacao=MR027892</u> <u>/2025</u>
-----------	---------------	----------------------------	----------------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

5.5.4 Ainda para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto ao adicional de insalubridade/periculosidade e aos demais itens da planilha de custos e formação de preços, foi considerado o Laudo Pericial nº 021/2017 do IFRN (atualizado em 22/02/2021) e a memória de cálculo constante no Apêndice V.

5.5.4.1. A Contratada deverá elaborar seu próprio laudo pericial, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

5.5.5 Na proposta do licitante, deverão ser observados o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e na respectiva Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, utilizada com paradigma.

5.5.5.1. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada.

5.5.5.2. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, com exceção dos custos indiretos, lucros e tributos, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta.

5.5.5.3. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5/2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.5.6 Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos custos com preços ou valores mais distantes do valor de referência.

5.5.6.1. A exequibilidade poderá ser comprovada por meio de:

5.5.6.1.1. No caso de insumos e seguro de vida: documentos relativos a pesquisa de preços, notas fiscais atualizadas ou outros documentos que o licitante entender como pertinente.

5.5.6.1.2. No caso de custos indiretos e lucro: documentos relativos a outros contratos que envolvam serviços com dedicação de mão de obra exclusiva.

5.5.6.2. Para a comprovação da exequibilidade, o licitante deverá apresentar declaração conforme modelo constante no Apêndice VII-H, utilizando preferencialmente a planilha disponibilizada para esta finalidade.

5.5.6.3. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item.

5.5.6.4. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, o licitante deverá ajustar sua proposta e ocorrendo a majoração do valor final da última proposta cadastrada no comprasnet, esta será recusada, em consonância com a IN 5/2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.5.7 Na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados (s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento dos custos do contrato.

5.5.8 O controle da frequência dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços deverá ser feito, preferencialmente, por meio de sistema informatizado, que possibilite o acompanhamento por parte da fiscalização técnica e administrativa.

5.5.9 A empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).

5.5.9.1. A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

5.5.9.2. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5.5.9.3. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

5.5.9.4. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

5.5.9.5. Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

5.5.9.6. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentação declaração conforme modelo constante no Apêndice VII-D.

5.5.10 A empresa não poderá se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções (serviço de vigilância, limpeza ou conservação) previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.5.10.1. Poderá ser exigida da licitante enquadrada neste Regime uma declaração que, entre outros pontos, não exerce, nem exerceu, enquanto optante pelo Simples Nacional, atividades econômicas vedadas à sua opção ou permanência nesse regime tributário, conforme modelo constante no Apêndice VII-D.

5.5.11 A Contratada deverá cumprir todas as disposições do Edital e de seus anexos.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto

nos itens seguintes:

5.7.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Tabela 8 – Uniformes a serem fornecidos por prestador

Item	Descrição	Unid. Fornec.	Qtde. por período [1]	Periodicidade	Qtde. total [1] [2]
1	Calça social, confeccionada em poliéster, gramatura mínima 187 g/m2. Modelagem reta. Cor preta.	Unidade	4	Anual	8
2	Camisa social manga curta, confeccionada em tecido algodão (no mínimo 60%) e poliéster. Possui gola colarinho, abotoamento frontal, mangas curtas, bolso frontal (com a logomarca da contratada) e acabamento e costura no tom, gramatura mínima 116 g/m2. Cor branca.	Unidade	4	Anual	8
3	Sapato de segurança. Calçado de segurança, tipo sapato social, fechamento em cadarço, confeccionado em couro curtido ao cromo, com forro lateral, com palmilha interna removível, biqueira de polipropileno para conformação, solado antiderrapante, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível. Indicado para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve e contra agentes abrasivos e escoriantes. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	1	Bienal	1
4	Meia social, cano longo. Confeccionada em algodão (100%). Possui punho. Cor preta.	Par	4	Anual	8
5	Cinto, confeccionado em material sintético liso. Possui fivela metálica, níveis de ajuste e um passante. Cor preta.	Unidade	1	Bienal	1
6	Crachá em PVC, tamanho 8,5 x 5,4mm, contendo pelo menos foto recente, nome, tipo sanguíneo, função do empregado e a identificação da empresa. Itens inclusos: protetor de crachá rígido, cordão em poliéster, prendedor tipo jacaré, regulador tipo bolinha.	Unidade	1	Bienal	1

[1] Quantidade por prestador.

[2] Considerando a vigência inicial de 24 meses.

Fonte: Elaboração própria.

5.7.1.1. Deverá ser fornecido 01 (um) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. As peças dos uniformes deverão ser duráveis e que não desbotem facilmente;

5.7.2.2. Os uniformes deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível;

5.7.2.3. Os uniformes deverão ser novos e de boa qualidade, o que será aferido pela Contratante.

5.7.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1 Entregar cópia da documentação relacionada no item 6.35.1.4 deste Termo de Referência, relativa à rescisão dos seus empregados, vinculados a prestação do serviço, que foram demitidos em virtude do encerramento do contrato celebrado com a Contratante.

5.8.2 Devolver à Contratante equipamentos, espaço físico, crachás, dentre outros, utilizados na prestação dos serviços; e

5.8.3 Adotar outras providências relativas à transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa em cada local da execução do objeto durante 1 (uma) hora/mês.
- 6.7.1 Não obstante a esta carga horária, o preposto deverá estar à disposição da Administração de segunda e sexta-feira, das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, para solucionar problemas concernente a execução dos serviços contratados.
- 6.7.2 O papel do preposto não deve ser confundido com as atribuições do supervisor ou do encarregado, que são postos que compõem o objeto de algumas contratações e que envolvem a dedicação exclusiva de mão-de-obra. O preposto tratará “das principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual”, conforme IN nº 1/2019-SGD/ME, definição esta que pode ser utilizada por analogia para os demais serviços contratados pela Administração Pública. O supervisor e/ou encarregado são trabalhadores terceirizados vinculados a prestação dos serviços ora contratados. Destacamos que o custo do preposto deve estar contemplado nos custos indiretos, conforme a Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG. Este entendimento é corroborado pelo Acórdão nº 2743/2015-Plenário/TCU, que entende que as atividades do preposto são encargos da contratada, remunerados nos custos indiretos do contrato. Ainda, de acordo com o referido acórdão, o preposto não pode ser um terceirizado vinculado a contratação.
- 6.7.3 Se, durante o cumprimento da carga-horária, o preposto precisar de uma estação de trabalho completa ou apenas uma mesa e cadeira e ponto de internet, estes poderão ser disponibilizados pela Administração, desde que seja solicitado com antecedência pela empresa.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1 Solicitar à Contratada o fornecimento de insumos necessários a execução dos serviços, bem como realizar o controle do recebimento e pagamento destes insumos;
- 6.16.2 Acompanhar a utilização mensal dos insumos, de modo a evitar desperdícios;
- 6.16.3 Controlar o saldo do valor total destinado para insumos, de modo a evitar que seja gasto um valor maior que o disponível no contrato;
- 6.16.4 Observar outras rotinas relativas à fiscalização técnica.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela



legislação trabalhista.

- 6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
- 6.28.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
- 6.28.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
- 6.28.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.33.1 Fiscalizar o cumprimento, por parte da Contratada:
- 6.33.1.1. Da legislação trabalhista;
- 6.33.1.2. Das disposições da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho dos postos contratados, especialmente em relação a salários e benefícios;
- 6.33.1.3. Das normas de segurança do trabalho, durante a execução dos serviços.
- 6.33.2 Observar outras rotinas relativas à fiscalização administrativa.
- 6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- 6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- 6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
- 6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- 6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

- 6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- 6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.57.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.58. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.58.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo

quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

### Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Apêndice VIII, bem como no disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Indicador 1 – Qualidade dos serviços prestados (avaliação dos passageiros e/ou requisitantes das viagens);

7.4.2 Indicador 2 – Qualidade dos serviços prestados (avaliação da fiscalização técnica);

- 7.4.3 Indicador 3 – Pagamento de salários dentro do prazo legal;
- 7.4.4 Indicador 4 – Pagamento da diária e meia-diária dentro do prazo;
- 7.4.5 Indicador 5 – Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal;
- 7.4.6 Indicador 6 – Substituição do profissional ausente/faltoso dentro do prazo;
- 7.4.7 Indicador 7 – Fornecimento dos uniformes conforme especificações, dentro do prazo estipulado;
- 7.4.8 Indicador 8 – Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho – SST;
- 7.4.9 Indicador 9 – Cumprimento de outras obrigações contratuais.

## **Recebimento**

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período da respectiva competência mensal à qual se refere o pagamento.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
  - 7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
  - 7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
  - 7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais

do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.39. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Repactuação**

7.40. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.41. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.41.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.41.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.42. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.42.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.43. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da

contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.44. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.45. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.46. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.47. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.47.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.47.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.47.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.47.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.47.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.55. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.57. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.58. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.59. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.60. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.61. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

- 7.62. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.63. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.64. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.65. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.66. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.66.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

- 7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.67.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.67.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.67.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.67.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

##### **Conta-Depósito Vinculada**

- 7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.70. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
- 7.71. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.73. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.74. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 7.74.1 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.74.2 Férias e um terço constitucional de férias;
- 7.74.3 Multa sobre o FGTS; e
- 7.74.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.76. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7.77. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.78. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

- 7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.81. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4 Multa:
- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias.
- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;



- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 8.15. O licitante será responsabilizado administrativamente por “não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta” (art. 155, VI da Lei nº 14.133/2021);
- 8.15.1 “Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor” (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.
- 9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº RN000292/2025, celebrada entre o SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO (CNPJ n. 01.646.031/0001-87) e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ n. 08.028.938/0001-21), utilizado(a) como paradigma:
- a) salário-base, no valor de R\$ 2.987,84, com os seguintes adicionais:
- i) adicional noturno, no percentual de 30%;
- ii) adicional de hora extra, no percentual de 50%.
- iii) adicional de hora aos domingos e feriados, no percentual de 100%.
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 753,20; e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
- i) plano de saúde, no valor de R\$ 165,74;
- ii) plano odontológico, no valor de R\$ 14,30;
- iii) benefício assistencial, no valor de R\$ 19,00.
- d) diárias com e sem pernoite, nos valores de R\$ 253,62 e R\$ 141,72, respectivamente.
- 9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;
- 9.3.2 Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;
- 9.3.3 Os valores orçados pela Administração constam do Apêndice II deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva

sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando,

9.19.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.19.2 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.19.3 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.20. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.21. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.24. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.24.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.24.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### Qualificação Técnica

9.26. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto

da contratação.

9.26.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços a serem contratados, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em posto de trabalho tradicional (não temporário), em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.27.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.27.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.27.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.27.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.28. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município em que está sediado o contratante ou em um raio máximo de até 50km deste, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.29. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.30. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 9.680.112,86 (nove milhões e seiscentos e oitenta mil cento e doze reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 158155/151601;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231796;

IV) Elemento de Despesa: 339037;

V) Plano Interno: L20RLP01ADN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Natal, 07 de novembro de 2025.

## 13. ANEXO I

APÊNDICE I  
Tabela orçamentária

Item	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1	Motorista, categoria D, com jornada de 44 horas semanais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço mensal	792	7.425,91	5.881.320,72
2	Motorista eventual, categoria D, com jornada média de 8 horas e 48 minutos por dia, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Posto de serviço diário	3240	276,7	896.508,00
3	Diária com pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	4958	294,21	1.458.693,18
4	Diária sem pernoite, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Unid.	6968	164,41	1.145.608,88
5	Horas eventuais, incluídos todos os custos envolvidos, conforme planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo.	Mês	792	376,24	297.982,08
Valor total (R\$)					9.680.112,86
<b>Nota explicativa:</b> [1] No item 1, refere-se à quantidade de postos de serviço mensal a ser contratada. Para o cálculo desta quantidade, considera-se o período de 24 meses, que é a vigência inicial. Por exemplo, no caso do posto de Motorista, categoria 'D' (item 1), a quantidade mínima será 792 postos de serviço mensal, o que equivale a 33 postos durante 24 meses (792/24=33). No Anexo V do ETP, está demonstrada a memória de cálculo da quantidade deste e dos demais itens.					

## 14. ANEXO II

Ver demais apêndices na publicação do Edital.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AUGUSTO ANDRE SANTOS DE SOUZA**

Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

**FABIO HENRIQUE VALE DOS REIS**

Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

**FRANCISCA SIMONELY DE VASCONCELOS**

Integrante Administrativo na Equipe de Planejamento da Contratação

**HUMBERTO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR**

Integrante Técnico/Administrativo na Equipe de Planejamento da Contratação

**ISAC DANTAS DINIZ**

Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

**SHEILA ONAILINA GONCALVES DE LIMA PESSOA**

Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo o Termo de Referência.

**RODRIGO RICELLY AVELINO LEITE**

Autoridade competente

# Documento Digitalizado Público

## Direção veicular para o IFRN, atualizado, com Apêndice I - Tabela orçamentária

**Assunto:** Direção veicular para o IFRN, atualizado, com Apêndice I - Tabela orçamentária  
**Assinado por:** Humberto Junior  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:  
■ **Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR**, em 07/11/2025 18:33:16.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/11/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 2381838  
**Código de Autenticação:** 494f86b2b5

